



⊖ LU(g)AR dos sertões

Gilberto Mendonça Teles¹

A palavra² *sertão* tem servido, em Portugal e no Brasil, para designar o “incerto”, o “desconhecido”, o “longínquo”, o “interior”, o “inculto” (terras não cultivadas e de gente grosseira), numa perspectiva de oposição ao ponto de vista do observador, que se vê sempre no “certo”, no “conhecido”, no “próximo”, no “litoral”, no “culto”, isto é, num lugar privilegiado — na “civilização”. É uma dessas palavras que traz em si, por dentro e por fora, as marcas do processo colonizador. Ela provém de um tipo de linguagem em que o *símbolo* comandava a significação (re)produzindo-a de cima para baixo, verticalmente, sem levar em conta a linguagem do outro, do que estava sendo colonizado. Refletia na América o ponto de vista do europeu — era o seu *dito* (ou seu ditado), enquanto nas florestas, nos descampados, nas regiões tidas por inóspitas, de vegetação difícil, se ia criando a subversão de um *não-dito* nativista e sertanista que se tornou um dos mais importantes *signos* da cultura brasileira, sobretudo depois que Euclides da Cunha, no início do século XX [1902], publicou o seu livro magistral, *Os sertões*, escancarando a realidade brasileira para os próprios brasileiros que, durante todo o século XX, discutiu e louvou este livro, pondo sempre em evidência a sua linguagem, mas sem compreender bem os sentidos latentes na tortuosidade de uma escrita que a crítica, apalermada, pensou fosse uma “prosa parnasiana”, tratando logo de classificar o livro como “romance” [José Veríssimo e João Ribeiro], como “epopéia” [Afrânio Peixoto] e até como “poesia” [José

43

¹ Poeta e ensaísta. Professor Emérito da PUC-Rio e da Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Titular do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF).

² Na sua forma inicial, de conferência, publicado em francês no *Colloque International – Sertão: Réalité, Mythe et Fiction*. Université de Haute Bretagne, Rennes, França, 1991. Ampliado e transcrito em *A escrituração da escrita*. Petrópolis: Vozes, 1996. Novamente ampliado para *O clarim e a oração: Cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração, 2002. E em *Via viator: Estudos em homenagem a Fernando Cristóvão*. Lisboa: Colibri, 2004. Finalmente, no livro *Contramargem-II*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2009. E na *Revista Brasileira*, da ABL.....

Veríssimo]. Afrânio Coutinho chega ao cúmulo da baianidade, no fim de sua vida, a pôr *Os sertões* no gênero épico, ao lado de *Os lusíadas*, do *Uraguai*, do *Caramuru*, em vez de incluí-lo entre os grandes ensaios brasileiros. Confundia a metáfora hiperbólica “a epopéia de Canudos” com a sua falta de rigor no estudo do texto de Euclides da Cunha.

A obscuridade etimológica que envolve o termo sertão constitui um dos elementos motivadores das várias significações que ele foi adquirindo, à medida que o espaço brasileiro se foi ampliando para Oeste. Dir-se-ia que a horizontalidade da conquista territorial atuou no esvaziamento do símbolo colonialista, transformando-o em signo linguístico da nova realidade nacional e ampliando o imaginário dos nossos escritores. O percurso dessa transformação se deixa ler ao longo da poesia brasileira, não só através de mudanças operadas no significante escrito e falado [**sartãao** → **çartão** → **certam** → **sertão** → **Sertão** → **sertões** → e o lúdico **ser tão**], mas principalmente pela incorporação de conteúdos provenientes da configuração geográfica do Brasil, com 4.328 km de extensão Leste-Oeste (e 4.320 km de Norte a Sul), do que resultaram grandes áreas vazias no Centro, no Planalto Central, que só a partir de 1950 começam a ser efetivamente ocupadas. Isto explica o sentido popular, segundo o qual o sertão é outro lugar, é o lugar do outro: fala-se dele, mas ele sempre está longe da enunciação. É a concepção metropolitana que pôs a palavra em circulação no século XVI, que se amparava num demonstrativo, num advérbio ou num dêitico [esse, ali, lá, acolá, mais além], para melhor caracterizá-lo. A subversão deste conceito estratificado na língua só foi possível quando o escritor formulou a sua própria linguagem, assumindo-o como circunstância e falando de dentro dele, nele, “Destes sertões”, como na épica de Cláudio Manuel da Costa. Foi neste deslizar entre a língua e a linguagem, entre o lugar da acepção geográfica e o lu(g)ar da acepção poética, que se criaram as melhores imagens do sertão, como na aproximação de “Sertão e Favela”, em Oswald de Andrade, ou como no aproveitamento de um verso de Camões para a belíssima figura do “Sertão do Nunca Dantes” no *Martim Cereré*, de Cassiano Ricardo. Ou como no cordel de Camongo, onde se diz que o Saci “Quanto mais pulo aprendia / e ensinava no sertão / mais inimigo fazia, / mais ganhava admiração / e mais punha poesia / no seu pulo e certidão”.

Pode-se falar no “entrelugar” do sertão, espaço entre a língua e a linguagem, entre a observação que se quer científica e a imaginação que o leva à literatura. É o que se documenta abundantemente nos cronistas e viajantes, incluindo-se os religiosos e catequistas, e vai lentamente aparecendo na obra dos poetas, com o seu “luar” e, claro, com o seu “lugar” ou não-lugar”, uma utopia ou uma eutopia (um bom lugar) —, um lugar banhado de luar: o lu(g)ar de fusão, de encontro de Riobaldo com o Diabo, uma trindade em que se reúnem o Inferno, o Purgatório e o Paraíso, como quer Ariano Suassuna em *A pedra do reino*, o lugar de encontro do mar com o sertão, segundo a profecia.

A palavra *sertão* está em todos os cronistas e viajantes que visitaram o Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII, época das *entradas* e *bandeiras*, das descobertas de minas de ouro e diamante, da fundação de povoados e cidades, como Vila Rica, em Minas Gerais, e Vila Boa, em Goiás. Os primeiros viajantes deixaram observações apenas sobre o litoral, onde viveram. Daí é que “contemplavam” o interior — o *sertão* —, falando dos índios que vinham do “mato” ou do sertão, palavras que se identificam na época. Depois, seguindo o exemplo dos bandeirantes, arriscaram-se para além da Serra do Mar; e já no século XIX configuravam todo o Brasil nos seus relatórios e relatos, como Saint-Hilaire, Pohl e Ferdinand Denis, por exemplo. Na obra desses viajantes existe um rico repositório de mitos, lendas, casos e uma série de músicas e canções: de amor, de guerra, de rituais (fúnebres, encantatórios) que ficaram sempre à margem da cultura brasileira. Os historiadores da cultura o ignoraram; os antropólogos tinham outras “preocupações”; e os sociólogos, “atarefados” com as classes sociais na perspectiva comunista, não lhe deram nenhuma importância e às vezes nem mesmo sabiam dele.

É claro que, oficialmente, a *Carta* de Pero Vaz de Caminha, de 1500, hoje com pátina de literatura, é o primeiro documento a registrar a palavra *sertão* no Brasil. Ao falar das aves, anota que “*alguñs deziã que virã rrolas mas eu nõ as vy mas segundo os arvoredos sam*

muy mujtos e d'jmfndas maneiras nõ donjdo que per esse sartaão ajam mujtas aues”[p. 57]. E ao descrever a nova terra que vê de dentro da nau capitânea, diz que

depomta apomta he toda praya parma mujto chaã e mujto fremosa. pelo *sartaão* nos pareceo do mar mujto grande por que aestender olhos nõ podiamos veer se nõ tera earuoredos que nos parecia muy longa tera [p. 62].

Documenta-se aí o sentido que se generalizou entre os viajantes do século XVI: o da oposição *litoral* X *sertão*. No primeiro exemplo o demonstrativo aponta para o distante — “*esse sartaão*”, o que está longe “deste lugar”, de onde se fala: e a distância fica ainda maior quando se vê a palavra na sua forma antiga, com a assimilação de *e / a* e com as duas vogais antes da crase [*aa*]. No segundo, se concretiza a oposição: vista do mar e, portanto, em oposição a ele, a terra distante — o *sartaão* — pareceu ao cronista “*muy longa terã*”, com a conotação de terra vasta e distante por não ser abarcada pelos olhos. É com este sentido que vai ser usada duas vezes em *Os Lusíadas*: primeiro referindo-se à vila de Pondá, conquistada pelos portugueses no interior da Índia (“Pondá no *sertão* posta”, X,72); depois tratando das incursões pelo interior da ilha de Java, como nos versos da estrofe 134 do canto X:

A gente do Sertão, que as terras anda,
Hum rio diz que tem miraculoso,
Que por onde elle so sem outro vae,
Conuerte em pedra o pao que nelle cae:

Com exceção de André Thevet, em cuja obra, *As singularidades da França Antártica* [1558 ?], não conseguimos encontrar a palavra “sertão” mas apenas o seu equivalente ou “tradução”, como “interior” ou alguns possíveis sinônimos como “mato” e “região”, todos os viajantes que passaram pelo Brasil, da segunda metade do século XVI ao século XVIII, deixaram ligeiras referências ao termo, utilizando-o quase que com a mesma significação: a de terras distantes do litoral, *interland*, deixando aí implícita outra oposição — lugar sem árvore, praia, litoral / lugar com árvore, mato, interior, [sertão]. A variação semântica, se existe, é mínima. Na obra de Hans Staden, *Duas viagens ao Brasil*, de 1557, encontra-se a descrição de uma viagem de Santa Catarina ao Paraguai, lendo-se que “Aqueles que seguiram por terra se muniram de víveres para a caminhada *através do sertão*” [p. 65]. Nos dois livros de Pero de Magalhães Gândavo, amigo de Camões, encontra-se o termo sertão. Na *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, de 1576, o Cap. 3 trata “Das capitânicas e povoações de portugueses que há nesta província” e nele se lê:

Iunto dellas [povoações] auia muitos Indios, quando os Portugueses começaram de as pouoar: mas porque os mesmos Indios se leuantauam contra elles & faziam lhes muitas treições, os gouernadores & capitães da terra destruíramnos pouco a pouco & mataram muitos delles: **outros fugiram pera o sertão**, & assi ficou a terra desocupada de gentio ao longo daas pouoações. [p. 10 e 11].

46 E no próprio título do Cap. 14, “Das Grandes Riquezas que se Esperam da Terra do Sertam” se documenta a palavra, já numa grafia diferente, como era comum nessa época. [Lembre-se, de passagem, que a uniformização da ortografia portuguesa só se vai dar em 1911.] Esse capítulo mostra, numa narração fantasiosa mas contida, como os índios, expulsos da costa leste do Brasil, foram ter com índios provenientes da costa oriental, do Peru, ávidos por trocar ouro por ferramenta e como encontraram uma cidade de ouro e prata no caminho [o mito do El-Dorado]. Vale a pena ver o texto, tal como está na edição *princeps*:

Esta prouincia Sancta Cruz, alem de ser tâ fértil como digo, & abastada de todolos mântimentos necessarios pera a vida do homem, he certo ser tambem muy rica, & auer nella muito ouro & pedraria, de que se tem grandes esperanças. E a maneira de como isto se veo a denunciar & ter por cousa aueriguada, foy por via dos Indios da terra. Os quaes como nam tenham fazendas que os detenham em suas patrias, & seu intento nam seja outro senam buscar sempre terras nouas, a fim de lhes parecer que acháram nellas immortalidade & descanso perpetuo, aconteeo leuantarene hūs poucos de suas terras, **& meterense pelo sertam dentro**: onde depois de terem entrado algũas jornadas, foram dar com outros Indios seus contrarios, & ali teueram com elles grande guerra. E por serem muitos & lhes darem nas costas, nam se podéram tornar outra vez a suas terras: por onde lhes foy forçado **entrar pela terra dentro muitas legoas**.

Em sua *Viagem à terra do Brasil*, de 1578, Jean de Léry, sempre a contestar André Thevet, descreve o que viu e o que ouviu ao longo da costa brasileira. Quando deseja indicar fatos que ocorreram longe da costa não usa a palavra “sertão”, mas expressões como “cerca de vinte léguas pelo interior das terras”, no “mato”, “dentro do mato”

e outras sinônimas. Comporta-se como se o olhar do civilizado devesse estar sempre no litoral, além do qual só existem as terras do interior e, portanto, do desconhecido, concepção que vai chegar a Machado de Assis e, de certa forma, a muitos habitantes do Rio de Janeiro na atualidade. Se a usou no original francês, não conseguimos saber. O certo é que, se usou, seu tradutor ou não gostava da palavra ou camuflou-a nas expressões mencionadas. Leve-se em conta, também, que Jean de Léry tratou apenas dos tupinambás, índios que percorriam as praias do Brasil, de Pernambuco a São Paulo.

Em 1587, no *Tratado descritivo do Brasil*, Gabriel Soares de Sousa, quase no fim da segunda parte do seu livro, inicia o Cap. CLXXVIII anunciando que “Daqui por diante se vai continuando com a vida e costumes dos tupinaés, e outras castas de gentio da Bahia **que vive pela terra dentro do seu sertão**, dos quais diremos o que pudemos alcançar deles; e começando logo nos tupinaés”. E a seguir dirá

Os quais tupinaés nos tempos antigos viveram ao longo do mar, como fica dito no título dos tupinambás, que os lançaram dele para o sertão, onde agora vivem, e terão ocupado uma corda de terra de mais de duzentas léguas; mas ficam entressachados com eles, em algumas partes, alguns tapuias, com quem têm também contínua guerra.

No *Tratados da terra e gente do Brasil*, escrito por volta de 1588, o Pe. Fernão Cardim descobre a jaboaticaba e diz que ela “é fruta rara, e acha-se somente *pele sertão a dentro* da capitania de São Vicente” [p. 60]. Dá depois uma visão geográfica do sertão ao descrever o *pinheiro* e registrar que “No *sertão* da Capitania de São Vicente até ao Paraguay há muitos e grandes pinhais propriamente como os de Portugal: [p. 61]. E mais adiante, tratando das línguas indígenas, anota que

Em toda esta provincia ha muitas e varias nações de diferentes linguas, porém uma é a principal que comprehende algumas dez nações de Indios: estes vivem na costa do mar, e em uma grande **corda do sertão**, porém são todos estes de uma só lingua ainda que em algumas palavras discrepão e esta é a que entendem os Portuguezes; é facil, e elegante, e suave, e copiosa, a difficuldade della está em ter muitas composições: porém dos Portuguezes, quasi todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e communicação com os Indios a sabem em breve tempo, e os filhos dos Portuguezes cá nascidos a sabem melhor que os Portuguezes, assim homens como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente, e com estas dez nações de Indios têm os Padres communicação por lhes saberem a lingua, e serem mais domesticos e bem inclinados: estes forão e são os amigos antigos dos Portuguezes, com cuja ajuda e armas, conquistarão esta terra, pelejando contra seus proprios parentes, e outras diversas nações barbaras e rão tantos os desta casta que parecia impossivel poderem-se extinguir, porem os Portuguezes lhes têm dado tal pressa [*siz*] que quasi todos são mortos e lhes têm tal medo, que despovoão a costa e **fogem pelo sertão a dentro até trezentas a quatrocentas leguas** [p. 194-5].

É uma citação bastante longa, mas realmente importante pelo números de informações sobre o *habitat* dos índios no século XVI e, principalmente, pelo processo gradual de extinção de que foram vítimas pelos colonizadores portugueses.

Frei Vicente do Salvador, o nosso primeiro historiador [a sua *História do Brasil* é de 1627], várias vezes menciona o *sertão*, fixando-lhe definitivamente o sentido de terras de dentro do país, em oposição às terras “de fora”, isto é, as que se estendem pela costa brasileira. As suas imagens ficaram famosas como aquela de que o Brasil tem a “figura de uma harpa” ou a de comparar os portugueses com os caranguejos:

Da largura que a terra do Brasil tem para o **sertão** não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos [p. 59].

Do Capítulo XX, intitulado “Das Entradas que Neste Tempo se Fizeram pelo Sertão”, transcrevo um parágrafo em que não deixa de haver alguma ironia na maneira de narrar os acontecimentos a respeito dos selvagens. Além do que o termo *sertão* aparece como lugar montanhoso e distante:

Por estas razões [os moradores reclamaram pelo fato de os índios terem fugido para o sertão], ou por comprazer aos suplicantes, deu o governador as licenças que lhe pediram para mandarem **ao sertão descer** índios por meio dos mamalucos, os quais não iam tão confiados na eloquência que não levassem muitos soldados brancos e índios confederados e amigos, com suas flechas e armas, com as quais, quando não queriam por paz e por vontade, os traziam por guerra e por força. Mas ordinariamente bastava a língua do parente mamaluco, que lhes representava a fartura do peixe e marisco do mar de que lá careciam, a liberdade de que haviam de gozar, a qual não teriam se os trouxessem por guerra [p. 180].

48

A palavra *sertão* aparece também explícita no título do Cap. XXV [“De uma Entrada que Nesse Tempo se Fez de Pernambuco ao *Sertão*”] e no do XXI: “De uma Entrada que se Fez ao Sertão em Busca dos Gentios que Fugiram das Guerras de Cirigipe e Outros”. Compreenda-se: A guerra do Sergipe e outras foram as de capturas de índios que, como recurso, fugiam para o interior do país...

A crítica de Frei Vicente, em torno de 1620, em Portugal, deve ter influenciado na exploração do novo território e atuou na formação da consciência nativista no Brasil, assim como as peripécias da epopéia portuguesa serviram de estímulo e de comparação com as novas peripécias por que passavam os bandeirantes, todos empenhados em descobrir ouro, conquistar índios e ampliar as “suas” terras pelo sertão a dentro. Em 1616, no sertão de Paraupava (atual rio Araguaia, no centro do Brasil), um bandeirante escreveu no verso de uma página de inventário algumas estrofes de *Os Lusíadas*, comparando as aventuras de Vasco da Gama com as suas próprias andanças pelo sertão, visto, portanto, como um mar, imagem que se tornará emblemática na cultura brasileira, como na profecia de Antônio Conselheiro em Canudos, segundo a qual “o mar vai virar sertão / e o sertão vai virar mar”.

No famoso livro de André João Antonil, *Cultura e opulência no Brasil*, de 1711, há inúmeras citações do termo *sertão*, como quando fala dos engenhos **de cana de açúcar**

[“Por isso, os bois, que vêm do *sertão* cansados e maltratados no caminho”, p. 106]; **do tabaco**, usado por grande “parte dos moradores dos campos, que chamam da Cachoeira, e de outros do *sertão* da Bahia passou pouco a pouco a ser um dos gêneros de maior estimação” [p. 149], “fora o que se lavra pelas mais partes do sertão dela” [p. 157]; **das minas de ouro** no *sertão* [a descoberta do ouro preto] e dizendo que “Das cidades, vilas, recôncavos e *sertões* do Brasil, vão brancos, pardos, e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem” [p. 167]; ; **dos índios** [“brigando entre si sobre a repartição dos índios gentios que traziam do *sertão*”, p. 165]; **das pastagens**, lugar em que tem oportunidade de descrever as dimensões dos vários sertões que antecipam o grande estudo de Euclides da Cunha:

E, posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, chegam a muito maior número os de Pernambuco, cujo **sertão** se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o rio de São Francisco oitenta léguas; e continuando da barra do rio de São Francisco até a barra do rio Iguaçú, contam-se duzentas léguas. De Olinda para oeste, até o Piauí, freguesia de Nossa Senhora de Vitória, cento e sessenta léguas; e pela parte do norte estende-se de Olinda até o Ceará-mirim, oitenta léguas, e daí até o Açu, trinta e cinco; e até o Ceará Grande, oitenta; e, por todas, vem a estender-se desde Olinda até esta parte quase duzentas léguas [p. 199].

É no século XVIII que surge a obra fantasiosa de Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, de 1730. Logo no Livro Primeiro, descrevendo apologeticamente o Brasil, anota que “A sua latitude pelo interior da terra é larguíssima” e, na mesma página 21, informa sem nenhuma cerimônia, que “As montanhas dos Guararapes, que principiando menos elevada quatro léguas da mesma vila, vão continuando para o *sertão* com grandíssima altura, e acabam em serranias que penetram os ares”. Na página seguinte, junta num único parágrafo informações sintéticas [dir-se-iam poéticas] sobre a Bahia, o Espírito Santos, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, depois de anotar que o Serro Frio tem “mais partos de ouro” que “as minas de Potosí teve de prata”, escreve:

A estupenda serra de Paranapiacaba, que tendo assento no continente vizinho às vilas de Santos e S. Vicente, vai inconstantemente subindo em voltas, umas sobre o mar, outras para o interior da terra, e dando por algumas partes entrada menos difícil, por outros estreitos e frágil trânsito para a cidade de S. Paulo, que lhe fica pelo **sertão** sete léguas distantes [p. 22].

Um tanto hiperbolicamente fala do rio São Francisco que, com o Amazonas e o da Prata, “podem fazer um triunvirato das águas dominantes sobre todos os rios do mundo”, acrescentando que “fecundíssimas e medicinais as suas águas, navegáveis de embarcações medianas mais de quarenta léguas pelo *sertão*; por duas [*sic*] abre a boca, querendo tragar o mar quando nele entra, e por muitas o penetra, adoçando-lhe as ondas” [p.23].

Depois aparece o *Diálogo das grandezas do Brasil*, editado em 1741 e hoje atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão. A palavra *sertão* já aparece no primeiro diálogo, quando Brandônio levanta, talvez pela primeira vez, o problema de que os espanhóis eram

melhores conquistadores do que os portugueses. Ao que Alviano confirma, dizendo quase à maneira de Frei Vicente do Salvador: “Como não, se vemos que em tanto tempo que habitam neste Brasil, não se alargaram para o *sertão* para haverem de povoar nele dez léguas, contentando-se de, nas fraldas do mar, se ocuparem somente em fazer açúcares? [p. 29]. E no “Diálogo Quinto”, tratando das aves e pássaros, fala dos *anuns* [anus] dizendo, pela boca de Brandônio, que são pretos por não terem sangue. Alviano estranha e Brandônio acrescenta: “Pois assim passa, que estes pássaros o não têm. *Hyendaiaias* [jandaiaias] são outros pássaros que se criam no *sertão*” [p. 203].

No século XIX, quando se fazia a nossa independência política, Ferdinand Denis estava no Brasil e nos deixou excelentes observações sobre vários aspectos da nossa vida cultural. No seu livro *Brasil*, em seis volumes, de 1837, há várias referências ao *sertão*, a começar pelo sumário, onde há um capítulo que se denomina “Extensão Prodigiosa de Antigas Propriedades no Sertão da Bahia” e no qual já se lê a transcrição de uma denúncia de Aires de Casal: “Por extenso que possa ser o sertão da Bahia, pertence ela [sic] quase completamente a duas das principais famílias desta cidade” (p. 258). Na p. 384 traz um capítulo que se chama “Habitantes do Sertão”, onde se fala no sertão de Minas, no de Pernambuco e usa em lugar do termo sertão o possível sinônimo *deserto*: “Todavia já não há índios no deserto”. Fala também em “brancos de raça pura” e na “poesia” popular do sertão. É a partir de suas críticas em outro livro que os escritores brasileiros vão despertar para a nova realidade nacional, procurando ver a natureza do Brasil em vez de copiar a da Europa e criando assim imagens que vão sustentar o sentido do romantismo brasileiro. Sobre a importância de seu livro *Scènes de la nature sous le tropiques, e de leur influence sur la poésie*, de 1824, veja o que escrevemos na 4ª edição de *Camões e a poesia brasileira*.

O século XIX foi o dos grandes viajantes pelo interior do Brasil. E um dos maiores, se não o mais importante deles, foi o General Couto de Magalhães, com *O selvagem*, de 1876, obra onde Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e muitos modernistas foram buscar a autêntica matéria nacional de muitos de seus escritos. O livro está dividido em oito partes e um Apêndice, onde são bem estudados o homem americano, o do Brasil, as suas línguas, raças, famílias, religiões, geografia, lendas, contos e mitos, além de um Curso de Língua Tupi (*Nbeengatu*). A sua VI Parte se denomina “**O Grande Sertão Interior**”, expressão que conota uma série de referências, que vão da síntese científica de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, de 1902, à síntese literária de *O Grande sertão: veredas*, de J. Guimarães Rosa, em 1956. É nessa parte — nesse “grande sertão interior” — que o General-Presidente de Províncias [Goiás, São Paulo, Mato Grosso e Pará, além de administração em Minas Gerais] estuda a região [o sertão] dos selvagens, usando constantemente expressões como “Nesses sertões”, “sertão de Cuiabá”, “pelo sertão a dentro”, “fazendo-se aos sertões”, “destes sertões” e tantas outras.

Mas é na V Parte, “Família e Religião Selvagem”, que Couto de Magalhães ousa passar da descrição exterior à configuração de uma teogonia tupi, valorizando e

estruturando o imaginário selvagem, quase cem anos antes de Lévy-Strauss escrever *O pensamento selvagem*. É desse capítulo, como se verá adiante, que retiramos os tópicos da **lua** e do **luar**, misturado-o com a letra da famosa modinha de Catulo da Paixão Cearense [“Luar do Sertão”] para o título deste estudo, em que o *sertão* (e os *sertões*), na vaga claridade do *luar*, se transforma no **lugar** privilegiado — uma *eutopia* — em que os problemas sociais e econômicos, descritos por Euclides da Cunha, adquirem a dimensão mágica e encantatória da poesia e das lendas que ativam a imaginação dos sertanejos, como na obra de Guimarães Rosa.

Evidentemente, não é possível escrever a história da poesia brasileira em torno da palavra sertão, assim como é possível fazê-la em torno do nome de Camões, como o demonstramos no livro acima mencionado. Mas ao longo da poesia brasileira pode-se documentar, no real e no imaginário da poesia, a transformação das duas vertentes semânticas iniciais do termo *sertão*: a que é concebida no *litoral* e a que se vai compondo no *interior*, ou seja, dentro do próprio *sertão*. E como, a partir daí, se foi elaborando a dicotomia entre a visão de uma realidade bruta, mas autêntica na sua brasilidade, e uma visão utópica, de pureza e de esperança.

Seria importante recolher dos viajantes e, depois, dos antropólogos brasileiros (Couto de Magalhães, por exemplo) as observações sobre a música, o canto e a poesia dos selvagens, como “As Trovas Indígenas” no volume *Primeiras letras*, editado em 1923 pela Academia Brasileira de Letras. Entre elas está a da Lua Nova, possivelmente traduzida das canções indígenas:

Lua nova, os meus desejos
Na vossa presença estão:
Levai-os ao meu amigo
Lá no fundo do sertão.

A importância da lua [e do luar] nas trovas dos índios do sertão está ligada ao sentido que eles dão às suas divindades. Couto de Magalhães, em *O selvagem*, documenta, melhor que todos, a cosmologia indígena, informando a partir da página 168 que “Os deuses superiores, a quem o selvagem atribui ação geral sobre o mundo, são [...] o **sol**, a **lua**, e **Rudá**, ou o deus do amor, ou da reprodução”. E acrescenta: “**Guaracy**, o sol. Este Deus criou o homem e os viventes; abaixo dele parece que havia outros seres sobrenaturais, especialmente adstritos a certas ordens de animais”, como o *uirapuru*, o deus dos pássaros; o *Anbanga* [*siv*], da caça; o *Caiapora*, do mato; e o *Uauyará*, dos peixes. “Os deuses submetidos a **Jacy**, ou lua, que é a mãe geral dos vegetais”, são: o *Saci Cererê*, o brincalhão; o *Mboitatá*, gênio que protege o campo contra as queimadas; o *Urutau*, a ave que assombra os caminhos; e o *Curupira*, o protetor das florestas. Para o grande

sertanista, estas duas ordens de deuses, protetores dos seres vivos — homens, águas (rios, lagos, fontes) e vegetais (campos, árvores e florestas) está ligada a Rudá, deus do amor. É claro que existe uma analogia com a Trindade cristã, assim como esta tem alguma coisa a ver com a de Hesíodo, nos versos 116 e seguintes da sua *Teogonia*: a concepção de três entidades primordiais que existiam antes da criação do universo — o Abismo (*Xáoç*), a Terra (*Taia*) e o Amor (“*Eρωç*). Eros aparece com um papel especial, pois, não tendo o poder de criar (de procriar), tem o de atrair um para o outro os seres que foram sendo criados a partir de cada um dos dois outros deuses.

Eis como Couto de Magalhães descreve o deus do amor, Rudá: “Sua missão é criar o amor nos corações dos homens, despertar-lhes saudades e fazê-los voltar para a tribo, de suas longas e repetidas peregrinações”. Tinha como auxiliar *Cairé*, a lua cheia; *Catiti*, a lua nova, “cuja missão é despertar saudades no amante ausente. Parece que os índios consideravam cada forma de lua como um ente distinto. / Há incontestavelmente propriedade e poesia nesta concepção de lua nova e lua cheia como fonte e origem de saudade”. Transcreve três canções, uma para o deus do Amor, outra para a Lua Cheia; e a terceira para a Lua Nova, dizendo que as “invocações eram feitas ao pôr do sol ou da lua, e o canto, como quase todos os dos índios, era pausado, monótono e melancólico. [...] a jovem índia [...] devia dirigir-se a Rudá, ao morrer do sol ou ao nascer da lua, e, estendendo o braço direito na direção em que supunha que o amante devia estar, cantava:

52

Rudá, Rudá,
Iuáka pinaie,
Amãna reçaíçu...
Iuáka pinaie
Aiuté Cunhã
Puxiuéra oikó
Ne mumanuára ce recé
Quahá caarúca pupé.^b

A invocação à Lua Cheia, a *Cairé*, era a seguinte: “*Cairé, cairé nú / Manuára danú çanú / Eré ci erú cika / piápe amu? Omanuara ce recé / Quahá pitúna pupé*”, traduzida como: “Eia, ó minha mãe [a lua]; fazei chegar esta noite ao coração dele [o amante] a lembrança de mim”. E a invocação da Lua Nova, a lua invisível, a *Catiti*, a que Oswald de Andrade meteu no seu *Manifesto Antropófago*, dizia no seu todo:

Catiti, Catiti
Imára notiá
Notiá imára,
Epejú [Fulano]
Emú manuára

^b Couto de Magalhães dá, na mesma página 172, a seguinte tradução: “Ó Rudá, tu que estás nos céus, e que amas as chuvas... Tu que estás nos céus...façe com que ele (o amante) por mais mulberes que tenba, as ache todas feias; façe com que ele se lembre de mim esta tarde quando o sol [ou a lua] se ausentar no ocidenté”.

Ce recé [Fulana]
Cuçukui xa icó
Ixé anhú i piá póra.^{4c}

A poesia do clarão da lua ilumina os contos e lendas do sertão, criando fantasmagorias, imagens dúbias, elementos do fantástico em que as coisas e os seres são e não são ao mesmo tempo, propiciando aos contistas a linguagem de um realismo mágico, impossível de se esquecer na literatura regional brasileira, mesmo quando não havia ainda uma literatura brasileira.

Na vasta obra do Pe. José de Anchieta, a palavra *sertão* confirma o significado de terras distantes do litoral, em oposição geográfica e cultural a ele, mas já se apresenta designando o lugar de gente (índio) que precisa ser catequizada, como na estrofe 17 do poema “De São Maurício”, escrito em torno de 1580:

Mártires mui esforçados,
pois sois nossa defesa,
defendei com vossa mão,
vossos filhos e soldados,
que são idas ao *sertão*,

pois vão, com boa intenção,
a buscar gente perdida,
que possa ser convertida
a Iesu, de coração,
a ganhar a eterna vida [p. 376].

O texto nos faz saber que os jesuítas organizavam entradas para trazer índios a serem catequizados: o “outro”, o índio estava no mato, no sertão, sujeito à sua “filosofia” de vida e de “religião”. Os jesuítas estavam no litoral, e eram cristãos. Logo, era preciso buscar os índios para convertê-los ao cristianismo. Com isto passa-se a ideia de que a religião católica era boa e a crença dos selvagens ruim.

No seu teatro [em português, espanhol e tupi], há um auto sobre o “Recebimento que fizeram os índios de Guaraparim ao Pe. Provincial Marçal Beliarde” cujos versos 71 e 72, em setessílabos, dizem que “Uns são velhos moradores, / outros novos, *do sertão*” (p. 239); e, no “Diálogo dos Diabos, Satanás e Lúcifer, contra S. Maurício, no adro da igreja”, se lê: “Não fica nenhum rincão / que não revolta num ponto, / *da costa até o sertão*” (p. 293). Na tradução espanhola, ao lado, aparece a forma *sertón* (“*la costa con el sertón*”, p. 293); e na tradução tupi o termo *sertão* encontra expressão na perífrase *ñaimbyára pupé*, (p. 710), lendo-se a oposição “planalto X litoral” na etimologia indígena: **ña** = assim; **yby** = terra, chão; **ára** = alto, de cima [o dia, por exemplo]; **pupé** = onde, em meio — daí **ñaimbyára pupé** = “terra que está no alto”, planalto, e, em decorrência, “*terras do*

^{4c}Tradução: “*Lua Nova, ó Lua Nova! Assoprai em Fulano lembranças de mim; eis-me aqui, estou em vossa presença; fizêi com que eu tão somente ocupe seu coração*”.

interior”, na perspectiva de quem as vê da costa, entre matos e montanhas, como no verso “da costa até o sertão” (p. 293, acima).

Na *Informação do Brasil e de suas Capitâneas*, de 1584, Anchieta menciona muitas vezes o *sertão*, sempre na oposição com o litoral, como na página 12, onde, falando sobre o gentio, escreve:

Todo este gentio desta costa, que também se derrama mais de 200 léguas pelo *sertão*, e os mesmos carijós que pelo *sertão* chegam até as serras do Peru, têm uma mesma língua que é grandíssimo bem para a sua conversão. Entre eles pelos matos há diversas nações de outros bárbaros de diversíssimas línguas a que estes índios chamam Tapuias, que quer dizer escravos, porque todos os que não são de sua nação têm por tais e com todos têm guerra.

E logo a seguir, no mesmo parágrafo, faz uma observação importante para o estudo da toponímia dos primeiros anos do Brasil e do lugar de certas tribos na Bahia, anotando que

Destes tapuias foi antigamente povoada esta costa, como os índios afirmam e assim o mostram muitos nomes de muitos lugares que ficaram de suas línguas que ainda agora se usam; mas foram se recolhendo pelos matos e muitos deles moram entre os índios da costa e do sertão.

O termo *sertão* adquire agora maior densidade semântica com a acepção de “interior do Brasil” e vai-se tornar comum na vida dos luso-brasileiros, com pais, filhos, irmãos e amigos entrando continuamente na direção do Oeste. Na obra de Gregório de Matos, na segunda metade do século XVII, o *sertão* é visto como coisa próxima, mas ainda de fora, como nas “Décimas” em que se descrevem as festas de um cavalo e se fala no “boi do sertão”, aparecendo noutro poema a expressão “esse sertão” e, noutro, de forma “experimentalista”, “Um vaqueiro... do sertão”. E diz ainda que “O Tapuia é mui valente,/ Pouco digo, valentão,/ pois no centro do sertão/ Fez já fugir muita gente”. Gregório de Matos trata o *sertão* de longe, em oposição à cidade da Bahia (ou do Recife). Mas trata-o também como uma realidade contígua, apenas distante.

No século XVIII, quando se vai consolidando a ocupação humana do interior do Brasil — Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, oeste de Pernambuco e de Alagoas, sul do Ceará e do Piauí — o sentido de *sertão* adquire conotações mais concretas, sendo agora visto de fora e de dentro. Vira contexto e circunstância e deixa de ser um lugar longínquo. O relatório de um governador das Minas Gerais, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, informa, numa frase decassílabo, que “O Sertão está quieto e sossegado”. O narrador está escrevendo de dentro do *sertão*, está nele, não num espaço desconhecido, mas numa região que se vai individualizando como o indica a maiúscula do vocábulo. Os poetas da época também assumem o *sertão*, numa atitude que, para além dos modelos arcádicos, estimulava uma filosofia mais profunda de nativismo a que só os modernistas dariam as devidas dimensões críticas.

Entretanto, a palavra não se encontra no *Uruguai*, talvez porque toda a ação do poema se passe no Sul, envolvendo o Rio Grande, o Uruguai e parte da Argentina. E

nisto se patenteia o sentido geográfico que a palavra foi tomando, referindo-se mais tarde apenas ao *hinterland* e ao Nordeste. Em Basílio da Gama ela só se documenta no poema *Quitúbia*, onde se diz que “O Sertão penetraste valoroso”: a referência é o herói do poema, Quitúbí, nome de guerra de Domingos Ferreira de Assunção que, em 1773, esteve duas vezes vitorioso no sertão angolano de Balundo.

Nas obras poéticas de Cláudio Manuel da Costa, logo no “Prólogo ao leitor”, encontramos “os sertões da Capitania das Minas Gerais”. O poeta está dedicando o seu livro e fala com certo orgulho num “Engenho” poético que está escrevendo “desde os sertões” e se sente prazer em contrapor a sua produção poética à da Metrópole. Cláudio vira a mão única que até então caracterizava o significado de sertão: agora a perspectiva é também do interior para o litoral, e não há só um, mas vários sertões, pois o poeta só se refere a ele no plural — “ásperos sertões”, “centro dos Sertões”, “Destes Sertões”, “estes sertões escuros”, “O giro dos sertões”. O sujeito lírico de Cláudio olha o sertão de perto, como o comprova o demonstrativo *este* na maioria dos exemplos.

Mas é no *Caramuru* (1781), de Fr. José de Santa Rita Durão, que se encontra o maior número de abonações do lexema sertão. Não é de admirar, uma vez que o tema da narrativa épica se localiza na Bahia e abrange os dois primeiros séculos da história do Brasil. Aí se fala “em meio dos sertões”, “no sertão vasto”, “no cabloco do sertão mais bruto”, nas “nações do sertão” e da chegada de Tomé de Souza que “Toma posse legítima e patente/ Da Bahia e sertão”. Além de inúmeros outros exemplos. Uma simples leitura chama a atenção para o jogo sertão / sertões, com predomínio do singular; o plural só aparece quando o narrador trata de várias nações de índios. É como se cada tribo tivesse o seu próprio sertão, como se as suas terras fossem realmente demarcadas, como nos versos do canto I: “Mas a gente infeliz, no sertão vasto/ por matos e montanhas dividida”. O comum, entretanto, é que o termo se oponha a litoral, o que está, aliás, bem expresso em dois versos quase iguais: “Terror do sertão vasto e da marinha” (p. 95) e “Se ouvirá na marinha e sertão vasto” (p. 200), notando-se recorrência da expressão “sertão vasto” em pelo menos cinco outros versos. Finalmente, no Canto III, a palavra sertão não deixa de estar sugerida num jogo de palavras, melhor, na montagem que se pode fazer dos significantes Ser e tão nos versos “Mas mais raro será quem, insolente,/ Tenha do sumo Ser tão cega incúria” (p. 84). O poeta não se refere diretamente ao sertão, mas está falando da cultura dos índios que o habitam.

O século XIX idealizou o sertão. O que havia sido sentimento legítimo de orgulho de descoberta e convivência, com o escritor mineiro percebendo de perto os hábitos e a carência da vida sertaneja, vai receber, depois da Independência, os efeitos da romanização da natureza e dos habitantes do interior, a que se opõem não somente o litoral, mas também a Corte do Rio de Janeiro ocupou o lugar de Lisboa na produção da linguagem dominadora, o que, de certa forma, continua até hoje com os meios de comunicação de massa; e o sertão — o interior, as terras despovoadas e distantes, sobretudo certas áreas

nordestinas — passou a ser o lugar do conflito social dos jagunços e cangaceiros, dos agregados e oprimidos por uma política agropastoril que privilegiou sempre os mais ricos. As tendências literárias, como o indianismo e o sertanismo, não chegaram a disfarçar a vanglória de um nacionalismo que evoluiu para o ufanismo das classes dominantes.

Os poetas românticos usaram pouco a palavra sertão, principalmente se se levam em conta os grandes volumes de versos que escreveram. Gonçalves de Magalhães só a usa três ou quatro vezes. Porto Alegre, nas *Brasilianas*, fala duas vezes em “incultos sertões”. Gonçalves Dias emprega “por ínvio sertão” em “O canto do piaga”. Em *Os Timbiras* apenas duas vezes, uma delas para falar no “ronco dos sertões imensos”. E o mais curioso é que a sua melhor poesia é a indianista ou a da natureza panteisticamente considerada. Álvares de Azevedo, num único poema, fala “No deserto”, “No silêncio” e “Nos perfumes do sertão”, quase esgotando os temas que estruturam o seu conteúdo. Casimiro de Abreu se sente no sertão: “o alaúde adormecido do pobre filho do sertão”, como no prefácio às suas *Primaveras*. Junqueira Freire canta tudo que vê “Nos sertões” de sua terra, segundo a sua própria expressão. Fagundes Varela é o mais copioso dos nossos românticos e com uma temática toda voltada para a natureza nacional, apresentando-se entusiasmado com o sertão. Na obra de Castro Alves, quando o romantismo atinge melhor a sua preocupação social, encontramos no poema virgilianamente denominado “*Sub tegimine fagi?*” os versos “O pensamento indômito, arrojado / Galopa no sertão”. A palavra se apresenta agora como o espaço da liberdade, onde o signo (não o símbolo) assume, como imaginário individual, a sua mais alta realização na ideologia do sertão. Tanto é verdade que, logo a seguir, em “Pedro Ivo”, o poeta vai dizer ao herói popular que “a liberdade ainda pulula ali”, no sertão. Já em Bernardo Guimarães, homem do interior, a palavra só existe na recordação, como em “Saudades do sertão do Oeste de Minas” e em “Cenas do sertão”. Machado de Assis retoma a primitiva ideia romântica do sertão, vendo-o de fora e ampliando-o no verso “De sertão em sertão”. E Sousândrade, em *O Guesa*, o rodeia de adjetivos (“O azul sertão formoso e deslumbrante”), mas o alarga na direção dos Andes, no Peru.

Os parnasianos, apesar do realismo, não mudaram nada do conceito de sertão. Olavo Bilac, em *O caçador de esmeraldas*, o usou três vezes: no início na primeira parte, no famoso verso “Fernão Dias Pais Leme entrou pelo sertão” e no final, com ligeira variante: “Fernão Dias Pais Leme invadiu o sertão!” Na terceira parte alude pleonasticamente ao “sertão deserto”. Raimundo Correia opõe as feras da cidade às “feras do sertão”, vendo-o de fora e através de chavões do tipo “As filhas do sertão”, “a brisa do sertão”.

Os simbolistas trataram um pouco diferente o sertão, aproximando-se do vocábulo e criticando o seu lado romântico, como no poema “Na Vila”, de Cruz e Sousa: “as agrestes paragens do sertão / Se dão saúde a espíritos enfermos / Também supremas nostalgias dão!” E Alphonsus de Guimarães, numa carta a Mário de Alencar, se queixa dos “miseros sertões mineiros!”, onde vivia. E, num poema, volta à imagem dos “ínvios

sertões”, mas dando-lhe novas conotações simbólicas, aproximando-a do “eterno sono”, numa bela imagem da morte como lugar de “escura brenha”, onde os homens se perdem.

Este sentido crítico dos simbolistas vai-se perder ou se desviar com o aparecimento de *Porque me ufano do meu país*, do Conde Affonso Celso, em 1900. Com este livro escamoteia qualquer aspecto crítico em relação ao Brasil, a palavra sertão só aparece quando se elogia o caráter do homem do interior e quando se enaltece o valor dos bandeirantes que iam “à conquista do remoto sertão misterioso”. O livro de Affonso Celso vem logo depois dos acontecimentos de Canudos, de que resultará em 1902 a obra fundamental de Euclides da Cunha, *Os sertões*, de linguagem que a crítica despreparada viu como parnasiano-positivista, mostrando cientificamente uma série de problemas que assolavam o interior da Bahia. E vem também depois de *Sertão* (1825), de Coelho Neto, e de *Pelo sertão* (1898), de Affonso Arinos, livros que se valeram do conto para mostrar a cor local das regiões centrais e, nas entrelinhas, os quadros de miséria da gente que ali vive.

Foi sob influência do ufanismo que surgiu o maranhense Catulo da Paixão Cearense, com livros denominados *Meu sertão* (1918), *Sertão em flor* (1919) e *Alma do sertão* (1928), este último no ano mais importante da produção modernista, quando saíram livros como *Martin Cererê* e *Macunaíma*, mas também ano em que começam a aparecer os romances do Nordeste. A obra de Catulo celebra ufanisticamente o sertão, contrapondo-o à cidade e à literatura culta, escrevendo em dialeto caipira e deixando alguns poemas que, musicados, se tornaram parte viva do “folclore” brasileiro, como é o caso de “Luar do sertão”, verdadeiro *locus amoenus* que ocupou o “lugar do sertão” no momento crítico do modernismo, mostrando só o lado bom do interior, como nos versos: “*Este luar, cá da cidade, / tão escuro / não tem aquela saudade / do luar / lá do sertão*”, onde se endossa a filosofia de exaltação do campo e das grandezas do Brasil.

Os modernistas utilizaram o humor e a ironia para introduzir um sentido de crítica política e sociológica em relação ao interior brasileiro. Na “Falação”, texto com que Oswald de Andrade apresenta o seu *Pau-brasil*, em 1924, juntam-se “O Sertão e a favela”, com a miséria identificando as duas palavras. A reescritura que faz de Fr. Vicente do Salvador o leva às “águias do sertão” e aos índios “Que cada dia descem do sertão”. Mário de Andrade, apesar da grande abertura lexical de sua poesia, só vai usar a palavra sertão depois de 1928, quando grita: “Eh ritmos de síncopa e cheiros lentos do sertão”, quando cita uma “viola / De sertão” e se diz estar “Sonhando com o sertão”. Cassiano Ricardo é, porém, o poeta modernista que mais empregou a palavra, sobretudo em *Martin Cererê*. Aí vemos um “sertão antropófago” e encontramos a pergunta: “Cadê o sertão daqui?” e a resposta (“Lavrador derrubou”) que denuncia o desmatamento da nossa floresta. Mas Cassiano se vale mais de 30 vezes da palavra que, segundo o poema, “trancava a passagem ao conquistador eu! / Com as raízes da vida enterrada no chão. / O sertão! / O sertão! / O sertão!”. O poeta soube explorar o valor cultural da palavra, mas sempre na perspectiva do litoral para o interior e quase sempre de maneira alegórica, sem

verdadeiramente problematizar os conteúdos humanos dessas regiões do país. Carlos Drummond de Andrade só em 1962, no poema “O Padre, a Moça”, vai empregá-la pela primeira vez nos seguintes versos: “Em cem léguas de sertão/ é tudo estalar de joelhos/ no chão.” E em “A Visita”, sobre a visita que Mário de Andrade fez a Alphonsus de Guimaraens em Mariana, registra “miseros sertões”, aliás a mesma expressão usada por Alphonsus na carta a Mário de Alencar. No poema “Incrições rupestres no Carmo” descreve os “nativos de sertão do mato-dentro”, dizendo baixinho o antigo nome de Itabira (do Mato-Dentro).

Com a poesia de Jorge de Lima o termo sertão se atualiza na geografia nordestina, aparecendo ao lado de caatingas, capoeiras, ipueiras, serrotes e capões. Para o poeta o Rio de São Francisco tem “alma” e “nevrose” capaz de “salvar o nordeste e remir o sertão”. Ele diz a Marcel Proust que “dentro de mim voltou,/ o sertão, o sertão, o sertão”. Descreve a Santa Dica dos sertões de Goiás e até se esquivoca num poema a Santa Rita Durão, quando diz: “Mas teu Brasil, *Caramuru*, não tem sertão”. E mesmo num poema estranho como *Invenção de Orfeu*, poema-livro, lá está no primeiro canto o verso: “É preciso andar sertões para encontrar-vos”.

Paralelamente à influência de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, publicado em 1956, e da construção de Brasília no Planalto Central, a poesia de João Cabral de Melo Neto se tornará, sem dúvida, a mais importante expressão dos problemas humanos do sertão nordestino. Em *O rio* (1954) encontra-se uma “Notícia do Alto Sertão” que significa “terra desertada,/ vaziada, não vazia,/ mais que seca, calcinada”. Em nove dos seus livros há imagens em torno da palavra sertão: “na folha plana/ do Sertão”, o “Sertão desapropria”, “o Sertão coletivista”, o “Sertão masculino”, “erichado” e de “alma bruta”. Em *A educação pela pedra* (1966) o “Alto Sertão” é o lugar da seca, onde os rios são “interinos” e “a pedra não sabe lecionar”. Mas o livro de João Cabral que mais o cita é *A escola das facas* (1980), onde se reúnem todas as significações nordestinas da lexia sertão: Nordeste interior, seca, retirante, lugar duro e difícil, cuja geografia levou o poeta à comparação insistente com Sevilha. Há aí imagens como a do “trampolim que quando/ mais o Sertão se seca,/ nos joga retirantes,/ a pé, sem pára-queda”. O ponto de vista é do litoral, no entanto a linguagem funda o ser e outro sertão muito mais real: a “lixa do Sertão”, “o osso do Sertão”.

Esta simples descrição do percurso da palavra sertão na poesia brasileira levou em consideração, inicialmente, o lado obscuro de sua etimologia e o significado com que ela entrou na nossa cultura, onde se desenvolveu com os novos horizontes das entradas e bandeiras e com a formação de uma consciência nacional. E levou em conta a mudança da ideologia colonizadora na expressão do imaginário brasileiro, em que o *lugar do sertão* se foi deixando assinalar pela sua poesia, por um *luar*, um sentido de luz coada pela atmosfera escaldante, de sobra, de riqueza e miséria, de produção e exploração do homem que habita os grandes espaços do interior ou dos sertões nalgumas das regiões brasileiras.

Já se pode dizer que faz um século que a obra-prima de Euclides da Cunha, *Os sertões*, (1902), vem repercutindo no leitor brasileiro (e às vezes no leitor estrangeiro), em todo tipo de leitor: no erudito — geógrafo, antropólogo, sociólogo, político, professor, escritor, intelectual de toda espécie — e no leitor comum que, ou por gosto próprio ou na onda da repercussão entre os letrados, o lê e o admira, mesmo sem compreendê-lo bem, uma coisa assim como se passa com *Os lusíadas*. Pouca gente tem a coragem de Mário de Andrade para dizer que não conseguia ler inteiramente o livro de Camões. É que se trata mesmo (no caso do livro sobre Canudos) de uma linguagem difícil, de uma escrita apaixonada e já um pouco envelhecida para o desalentado leitor da época da televisão e da internet. O interessante é que não se passa o mesmo com as obras de ficção, como os livros de Machado de Assis, por exemplo.

As observações científicas de Euclides da Cunha, expressas numa linguagem audaciosa que se queria literária e se adequava intensamente à visão positivista do autor, contagiou muitos cientistas sociais que no entanto não tiveram o talento de criar uma forma especial de escrever, como ele o fez, com um olho na paisagem e nos acontecimentos, e outro na linguagem que refletia duplamente — as formas de um conteúdo de miséria e o sofrimento do cientista-escritor em denunciá-las.

A história literária no Brasil se iniciou firmada no determinismo de Taine, nas suas forças primordiais: Raça, Meio e Momento, como também a obra de Euclides da Cunha se criou dentro desses postulados filosófico-científicos. Ainda na metade do século XX, os historiadores não conseguiam pensar fora de tais coordenadas, tratando a história como se ela fosse crítica e vice-versa e ocupando assim um *lugar* que não era bem o que desejavam — um *entrelugar* — entre a Crítica e a História Literária, entre a Ciência e a Literatura, entre a estrutura particular de *Os sertões* e os diversos gêneros da Literatura. Neste sentido, as histórias literárias brasileiras, na sua maioria, não passaram de quadros sobre os autores, ilustrados com comentários críticos. Não se pensava na transformação dos elementos literários de obra para obra e de época para época. Presa ao modelo da história geral, as nossas histórias literárias não souberam ir além dos contextos, quase sempre políticos.. Daí a repetição dos conceitos críticos sobre *Os sertões*, o medo de encarar seriamente a nova realidade que o livro punha à mostra, a obsessão pelo “estilo de cipó” que não compreenderam bem, principalmente nos primeiros tempos, e o sentido de “fuga”, de escamoteação na procura sempre frustrada de comparações e no enquadramento do livro como “romance”, “tragédia”, “obra de arte” e, cúmulo dos cúmulos, como “epopéia”, assim como fez Afrânio Coutinho, dando-lhe um lugar literário ao lado de *Os lusíadas* e dos épicos brasileiros, que escreveram em verso. No fundo, a incapacidade de ver *Os sertões* como outro livro, com suas “leis” particulares, próprias; e, também, o medo de destoar de julgamentos anteriores.

Não dispomos, a estas alturas, de tempo e espaço para estudar bem a opinião dos historiadores literários brasileiros, de Sílvio Romero a José Aderaldo Castello e Sílvio de Castro. Contentamo-nos com transcrever rapidamente uma e outra opinião e apontar os aspectos que nos chamaram a atenção.

É claro que o nome de Euclides da Cunha não aparece na 1ª edição da *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, que é de 1888. A segunda saiu no mesmo ano de *Os Sertões*, de maneira que só na 3ª, de 1943, se introduziu o discurso com que Sílvio recebeu Euclides na Academia Brasileira de Letras, em 1909. Depois de dizer que o autor de obras como *Os Sertões*, *Peru versus Bolívia*, *Contrastes e confrontos* e *À margem da história* excede “na força do pensamento e no saber real científico” (p. 1942), Sílvio Romero passa ao exame desses livros e chega a *Os sertões*:

Já se disse, linhas atrás, que foi este livro que de um ímpeto levou Euclides da Cunha à grande notoriedade. Cumpre, porém, assegurar que nesse singular fenômeno o ilustre escritor nada deveu à crítica indígena; porque esta não o compreendeu cabalmente. Tomou o livro por um produto meramente literário, do gênero de tantos outros que aí entulham as livrarias. Viu nele apenas as cintilações do estilo, as douraduras da forma [...]. Daí os aplausos. Não era desses que precisava o autor. [...] / O livro não era um produto de literatura fácil nem de politiquices irrequietas. Era um sério estudo social de nosso povo, firmado, até certo ponto, na observação direta [...]. / O nervo do livro, seu fim, seu alvo, seu valor estão na descritiva do caráter das populações sertanejas de um curioso trecho do Brasil. / De *Os sertões* se tirar uma lição de política, de educação demográfica, de transformação econômica, de remodelamento social, de que depende o futuro daquelas populações e em geral dos doze ou treze milhões de brasileiros que de Norte a Sul ocupam o corpo central do nosso país e constituem o braço e o coração do Brasil (p. 1957).

Sílvio Romero diz, afinal, que nele, em *Os sertões*, “A língua atinge a perfeição” e que se trata de “um dos livros máximos na literatura de língua portuguesa” (p. 1961).

Na *História da literatura brasileira*, de José Veríssimo, não aparece o nome de Euclides da Cunha, mas ele está na 5ª série dos *Estudos de literatura brasileira*, escritos entre 1901 e 1907. Começa com José Veríssimo a distorção da natureza da obra de Euclides, considerando-o como livro de “um poeta”, “um romancista”, “um artista”, “um pintor”, coisa de quem não sabia o que falar ou tinha medo de o dizer — beliscando e soprando ao mesmo tempo, dizendo “pena tenha o Sr. Euclides da Cunha viciado o seu estilo”, vendo erros de gramática e não se dando conta (como é o caso do relativo *cujó*) de que na sua *História da literatura brasileira* usou e abusou do emprego arcaico deste termo. Mas, passado a “semostração” da importância do crítico, escreve, afinal, que

o Sr. Euclides da Cunha fez daquela campanha uma pintura vigorosa e um estudo que estava por fazer. Descreve-a minuciosamente, julga-a como técnico e como historiador moralista, mostra-lhe os erros, os crimes, as faltas de toda a ordem, como os heroísmos, as bizarras, os feitos de valor que foram muitos. Se desassombadamente expõe aqueles, altamente proclama estes. Livro que me deu a impressão da maior sinceridade, aliada a

nobres e generosos sentimentos morais, o seu contém lições que merecem meditadas, e que erro grande fora esquecer (p. 53).

A *Pequena história da literatura brasileira*, de Ronald de Carvalho, é de 1919. Em vez de enfrentar diretamente a obra de Euclides, o crítico-poeta prefere diplomaticamente partir para a comparação, sem se dar conta que os *tropos* (símile, metáfora, etc.) são redutores do real, servem para a ênfase ou para a dissimulação e nos textos científicos podem escamotear a realidade. Exemplo, quando Shelley diz que a Poesia é um rouxinol que canta na escuridão, está fazendo uma bela frase, mas não está dizendo nada sobre o que é mesmo a poesia, pois está transferindo o problema analítico para uma visão absoluta. Ora Ronald de Carvalho começa dizendo que “O homem do sertão é, por exemplo, Euclides da Cunha; o homem do litoral, Joaquim Nabuco” (p. 24)

Compara depois a *descrição* de Euclides com a dos romancistas e contistas, achando-a “superior à dos ficcionistas”, não vendo deste modo a diferença da escrita e dos gêneros (p. 251). A seguir compara Alencar e Euclides (p. 254) e só na p. 361 dirá a sua impressão sobre a obra, escrevendo que *Os sertões* constituem uma “página violenta em que se debuxam as linhas mestras da nossa sociedade rural [...] A luta dos jagunços é um simples episódio, uma cena brutal, de que o autor se serviu para mostrar as populações do Nordeste brasileiro, o seu *habitat* agressivo e os caracteres da sua existência.” Mas, para terminar, estabelece mais outra comparação, desta vez com o romance de Graça Aranha, *Canaã*, publicado no mesmo ano de *Os sertões*.

Coelho Neto, no seu *Compêndio de literatura brasileira, de 1929*, pouco diz de interesse sobre *Os sertões*, a não ser que coloca o livro de Euclides entre “as narrativas históricas”, informando que o autor era um “poderoso” estilista, um amoroso da terra cujo sonho interrompido pela traição, era escrever a história de sua grandeza que jaz ignorada ao Norte” (p. 157). E no manual de *Noções de história da literatura brasileira*, de 1931, Afrânio Peixoto endossa a mania de não ver diretamente a obra, num gênero novo, num ensaio bem escrito, preferindo situá-la entre os gêneros literários conhecidos e chamá-la metafórica ou hiperbolicamente de “épica”:

Era um livro forte, que, embora medíocre o assunto principal — uma guerrilha de fanáticos no interior da Bahia — descrevia na magia de um estilo terso, arrevezado, empolgante, épico, largo trecho de sertão brasileiro. Nabuco disse que foi escrito com cipó: é o seu elogio. Este cipó, com que Euclides escreveu *Os sertões*, arrastou os sertões até nós” (p. 206).

Além do jogo de palavras que só empobrece a ambiguidade da sua afirmação, Afrânio Peixoto dirá mais adiante que “Uma das razões do êxito de *Os sertões* [...], é que transportou para a literatura a sua gíria de engenheiro, retorcendo a forma na entrosagem clássica” (p. 240). Além de não ser tecnicamente “gíria”, mas uma linguagem especial, científica, a expressão final não diz nada da obra. Em outro livro (simples antologia com o título de *Panorama da literatura brasileira*, de 1940), livro que ficou famoso por causa

da teoria de que “A literatura é sorriso da sociedade: não se pode sorrir na tormenta”, Afrânio Peixoto afirma numa frase também retorcida que “A incompreensão de trucidar os fanáticos, que não educamos, deu, levado o Brasil litorâneo ao interior, *Os sertões*, de Euclides da Cunha”.

Excelente é o olhar crítico de Nelson Werneck Sodré, no seu volume de *História da literatura brasileira: Seus Fundamentos Econômicos*, de 1938. Pela primeira vez um historiador das literaturas e da cultura brasileira está falando por si mesmo, com as suas ideias e pensamentos próprios, quer dizer, não está dialogando com os historiadores precedentes. Não tem medo de afirmar que a prosa de Euclides da Cunha “é intensamente trabalhada, mas esse trabalho denuncia, mais do que uma intenção, uma personalidade”. Para ele, *Os sertões* têm “um tom de libelo, um teor acusatório, que se engrandeceria com a forma atormentada, que ganharia em força, pelo menos em eloquência, para chegar mais viva e mais poderosa aos ouvidos e aos olhos a que se dirigia” (p. 451). Tem consciência de que o estilo de Euclides da Cunha não poderia servir como modelo, e explica: “No narrador da campanha de Canudos [o estilo] tinha correspondência com o assunto e com a intenção de verberar o crime cometido contra uma coletividade” (p. 452). Sente que o estilo, a linguagem de Euclides é a parte perecível de sua obra. Na mesma página escreve: “É curioso notar que a inverdade da forma corresponde quase sempre a uma inverdade de conteúdo”, como no estudo sobre a Terra e o Homem, “onde acolheu conceitos e

62 preconceitos da ciência”. Escreve ainda: “O falso de sua botânica, da sua antropologia, da sua sociologia, encontra paralelo, em cada caso, no falso da sua linguagem.” Quando narra os episódios, as peripécias é melhor do que a introdução científica. O pensamento rigoroso de Nelson Werneck Sodré ajudou a desviar o tom laudatório da crítica em torno de *Os sertões*, obrigando-a a se debruçar mais energicamente sobre o livro de Euclides da Cunha.

Outra visão crítica é a de Bezerra de Freitas, na sua notável *História da literatura brasileira*, editada em 1939. Começa por dizer que “Euclides da Cunha [...] dedicou-se à sociologia e à história. O autor dos *Sertões* e de *Contrastes e confrontos*, possuía, na realidade, o culto da linguagem, o que não significa fanatismo de vocábulo” (p. 251). E na página seguinte diz que foi Euclides o primeiro a ver a “realidade do conjunto, a tragédia do homem derrotado pelo meio”. E acrescenta, de maneira cortante:

Desprezando os preconceitos e orientando-se pelo critério rigorosamente científico, incompatível com as sugestões do romantismo, Euclides da Cunha denunciou o nosso imenso atraso social, e, assim, à nossa concepção lírica das cousas sucedeu uma interpretação realista do homem e da terra.

É fácil perceber que Bezerra de Freitas se volta para a obra, procurando compreendê-la nas suas estruturas de linguagem e de conteúdo, relacionando-a com o contexto cultural brasileiro.

Na mesma linha de seriedade e contenção verbal é a obra de José Osório de Oliveira, *História breve da literatura brasileira*, de 1939, onde diz corretamente que “Para se

tornar conhecido dos próprios brasileiros, o sertão carecia de um homem excepcional, de um sociólogo que fosse, ao mesmo tempo, um grande artista, capaz da descrição geográfica e da ampla visão dos problemas etnológicos e sociais; sobretudo, capaz de universalizar o drama regional da terra hostil e dos seus bárbaros habitantes abandonados pela Civilização” (p. 103). É aí que fala em dois sertões:

o da Bahia, que para ele merece mais “o nome terrível” de sertão, e o de Minas Gerais: “Varia o sertão de um para outra região do Brasil, e varia com ele o sertanejo. Não se pode, por isso, considerar *Os sertões* como o livro da terra brasileira. Só o extraordinário poder amplificador de Euclides da Cunha fez, de fato, com que muitos vissem englobados nessa obra todos os dramas do imenso *interland* do Brasil.

Daí a sua conclusão, perfeita: “Embora não seja (porque não podia ser) o livro-síntese da gleba brasileira, *Os sertões* são a obra mais representativa do Brasil, a mais forte, mais grandiosa e dramática que nesse país até hoje se escreveu: aquela que tem mais a marca do gênio. Só o gênio, na verdade, conseguiria, avolumando um simples episódio histórico, trágico muito embora, da evolução social do Brasil (a campanha de Canudos), fazer aceitar esse conflito entre a Sociedade brasileira (litorânea e, até certo ponto, adventícia) e a mentalidade sertaneja como o resumo simbólico do drama inteiro de uma nação” (p. 104).

Lúcia Miguel-Pereira, na sua *Prosa e ficção* (de 1870 a 1920), publicado em 1957, pouco informa sobre o livro de Euclides, afirmando apenas que “no princípio do século, sobreveio um acontecimento que o modificaria [o regionalismo]: a publicação de *Os sertões*. A prosa hirsuta, grandiosa e solene, de Euclides da Cunha impressionou — porque era de fato impressionante — muitos espíritos” regionalistas (p. 184). Dois anos depois Afrânio Coutinho, que tanto publicou e tanto se empenhou na divulgação da literatura brasileira, não foi, infelizmente, um bom crítico nem um bom historiador, no melhor sentido deste termo. Soube muito bem organizar bibliografias, antologias de textos crítico como *Os caminhos do pensamento crítico* (1972), que seguiu o modelo de José Aderaldo Castello em *Textos que interessam a história do romantismo* (1960). Mas quando quis analisar as obras, faltou-lhe imaginação crítica, no sentido que Roland Barthes dá a esta frase. Não é pois de admirar que a sua crítica seja a dos chavões, como o dizer que Euclides da Cunha “canalizou toda essa tradição em favor da valorização do racional na literatura”, como se lê na p. 236 de *Introdução à literatura no Brasil*. Ou, como na p. seguinte: “Com *Os sertões* romperam-se todas as barreiras à plena afirmação do nativismo brasileiro”. Na p. 43 já havia falado no “estilo caboclo” de Euclides da Cunha. Mas a sua grande preocupação, tal como a de Afrânio Peixoto, foi a de exaltar *Os sertões*, de achar que a sua afirmação de crítico baiano garantiria um lugar de glória para o livro de Euclides, desde que o classificasse entre as epopéias, uma vez que já havia a metáfora hiperbólica “epopéia de Canudos”. Afrânio Coutinho não teve dúvida, numa antologia feita às pressas, mas com

o bonito título de *As formas da literatura brasileira* (1984), colocou *Os sertões* ao lado de *Os lusíadas*, do *Uruguai* e do *Caramuru*, formas épicas da literatura brasileira. Para Afrânio não importava estruturas e natureza de linguagem, o que contava era a sua intenção de celebrar a obra, já que o assunto do livro era baiano...

Antônio Cândido diz pouco, mas afinal diz muito sobre o livro de Euclides da Cunha. Se na sua *Formação da literatura brasileira*, de 1959, realmente não diz nada, uma vez que a sua formação termina em 1860, é no seu excelente *Literatura e sociedade* (1967), que aparece, na p. 156, o pensamento bastante citado pelos estudiosos:

Toda essa onda vem quebrar em *Os Sertões*, típico exemplar da fusão bem brasileira, de ciência mal digerida, ênfase oratória e intuições fulgurantes. Livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior).

O grande crítico vê *Os sertões* como uma obra-síntese, ponto de chegada e de partida; percebe muito bem o nosso exibicionismo intelectual (como no caso de Tobias Barreto, por exemplo); sente a natureza dúbia da linguagem do livro, entre a “literatura e a sociologia” e capta com segurança as mudanças que ocorrerão no estudo da literatura brasileira. Não repetiu os conceitos chapados dos historiadores e procurou construir elegantemente o seu depoimento. Não é o que ocorre na *História da literatura brasileira*, de Antônio Soares Amora, de 1958, que sintetiza, parece muitas das opiniões já emitidas, como a de bater na tecla da literatura e da arte, isto é, vendo *Os sertões* mais como obra literária. É o que se pode deduzir de trechos como este: “A essa concepção tipicamente euclidiana [a de ser vista também como ciência social] corresponde superior capacidade **artística**, não apenas para a **pintura** das figuras humanas, das coisas e da natureza [...], mas também para a intensa **dramatização** das cenas, ora em termos **épicos**, ora em termos **trágicos**” (p. 185).

Na sua *História da inteligência brasileira* [vol. V, 1978], Wilson Martins se dedica bastante à obra de Euclides da Cunha, ao longo de várias páginas. Seleccionamos a p. 270, onde se encontram informações curiosas, como a dos sábios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que concluíram que *Os sertões* eram uma “epopéia” e não uma obra histórica; para o sério crítico João Ribeiro o livro não passava de um “romance”. Mas Wilson Martins faz convergir para a linguagem toda a importância do livro de Euclides, como se pode deduzir do trecho abaixo, onde se fala, não se sei se com ironia, da “vitória da literatura”, tanto que muitos termos de sua crítica provém da literatura:

Mas, se já se tem contestado, nem sempre com muito discernimento, como se vê, a ciência de Euclides da Cunha, o seu **estilo**, em compensação, sempre mereceu a admiração mais irrestrita e mais sincera. Isto basta para mostrar que *Os sertões* foram, antes de mais nada, uma **vitória da literatura**; seu impacto extraordinário na vida intelectual brasileira resultou muito mais da forma que do conteúdo, muito mais do “*drama*” expressional que da *tragédia*

sociológica (ao ponto de João Ribeiro haver escrito, sugerindo uma tolice de crítico mais recente, que, “sob a pompa da sua linguagem”, o livro não passava de um *romance*...). O amor da frase e da oração rotunda é um dos caracteres mais salientes da língua portuguesa, **língua, por isso mesmo, literária** por excelência, língua para a qual a palavra existe; e Euclides da Cunha soube dar-lhe a sólida armatura do pensamento, identificou-a, por assim dizer, com o assunto e fez do estilo a matéria mesma do seu livro” (p. 207).

Como bom diplomata, que deve ter sido, José Guilherme Merquior não quis se comprometer com os escritores do século XX e fez a sua história literária empacar no fim do século XIX, época dos acontecimentos de Canudos. Daí o título de seu livro: *De Anchieta a Euclides*, editado em 1977. Foi uma lástima não conhecer a sua visão da literatura do século XX (poesia, ficção, teatro, crítica, história literária), uma vez que sempre se revelou lúcido nas suas afirmações. Sobre *Os sertões*, ele o vê como uma “obra de ficção embutida no ensaio” (p. 153), só que não explica o que é “ficção” no livro de Euclides. Será por que é, também, uma narrativa? Mas a história também o é. Ou será pela originalidade da escrita ou do estilo “de cipó”? O leitor fica em dúvida. Mas ele afirma seguro que se trata de “um dos textos mais importantes de toda a literatura brasileira” (p. 195) e tem consciência de que “*Os sertões* são antes de mais nada, uma retratação”, pois Euclides havia criticado o “obscurantismo” dos jagunços de Antônio Conselheiro e, depois, em contato direto com o *hinterland*, foi levado a reconhecer o heroísmo anônimo das populações sertanejas. Neste sentido, é com Euclides que se perfaz aquela revelação intelectual e afetiva do sertão, do Brasil oculto e “verdadeiro”, que Capistrano tanto encarecia (p. 196).

Aliás, nessa mesma página, vê o livro de Euclides como um “*curioso amálgama de ensaio científico, relato literário e panfleto, denúncia do ‘crime’ da repressão ao messianismo sertanejo*” que, por isso mesmo, cobriu de glória o seu autor. Na esteira dos primeiros críticos também fala em “saga sertaneja”, “alcance épico da pintura” que “não deriva das teses racistas”, mas “do sopro de transfiguração artística em que o prosador forjou os protagonistas e massas do drama de Canudos”. Mas termina dizendo que “*Os sertões* são o clássico do ensaio de ciências humanas no Brasil” (p. 198).

Alfredo Bosi, na importante *História concisa da literatura brasileira* (1970), diz coisas novas sobre a obra de Euclides da Cunha. Para ele “É preciso ler esse livro singular sem a obsessão de enquadrá-lo em um determinado gênero literário, o que implicaria em [sic] prejuízo paralisante. Ao contrário, a abertura a mais de uma perspectiva é o modo próprio de enfrentá-lo” (p. 348). Com uma visão filosófica e sociológica dirigida na compreensão da literatura a serviço do homem, Alfredo Bosi nos diz que

É moderna em Euclides a ânsia de ir além dos esquemas e desvendar o mistério da terra e do homem brasileiro com as armas todas da ciência e da sensibilidade. Há uma paixão do real em *Os sertões* que transborda dos quadros do seu pensamento classificador; e uma paixão da palavra que dá concretíssimos relevos aos momentos mais áridos de sua engenharia social” (p. 347).

Outro historiador de São Paulo, Massaud Moisés, também professor da USP, publicou em 1984 uma *História da literatura brasileira*. A sua capacidade de resumir os acontecimentos literários e de tratá-los historicamente, com discernimento crítico, é um dos pontos altos dos três volumes de seu estudo. No terceiro deles dedica boas páginas a *Os sertões*, defendendo o livro como ensaio, o que me parece correto, mas deixando alguma dúvida com a sua solução de obra bifronte: “Se não é pertinente falar em obra de ciência, ou em obra literária pura e simples; se as duas modalidades estão verdadeiramente presentes, as mais das vezes numa mescla compacta, é porque se trata de uma obra bifronte” (p. 562).

Na sua recente *História da literatura brasileira* (1997), Luciana Stegagno Picchio sabe fazer observações velhas ficarem novas, como este resumo novo de tudo o que se disse sobre o famoso livro:

Incluir Euclides da Cunha entre os narradores regionalistas e “sertanejos” não teria sentido se *Os sertões*, além de ser um documento histórico, uma epopéia negativa, uma denúncia, um panfleto gigantesco e impiedoso, “uma obra de ciência escrita como uma obra de arte”, não se tivesse instituído no tempo, a despeito de sua precisa intencionalidade política e social, como modelo estilístico de toda a posterior literatura “regionalista” (p. 400).

66 A simples adjetivação, como esta de “epopéia negativa”, traz brilho ao texto crítico e nova maneira de conceber a metáfora da “epopéia”. Veja a beleza da imagem do engenheiro que constrói a ponte e, ao mesmo tempo, escreve *Os sertões*: “a lançar uma dupla ponte, a real, entre uma margem e a outra do rio, e a literária, entre os dois Brasis, da costa e do sertão, entre a rua do Ouvidor, coração do Rio de Janeiro, e a caatinga” (p. 400).

José Aderaldo Castello, em *A literatura brasileira: Origem e Unidade*[1999], em dois volumes, tem uma visão crítica perfeita sobre a importância do livro de Euclides da Cunha como obra-síntese, para qual convergem as forças culturais:

Os sertões é duplamente síntese: síntese interna das observações já acumuladas sobre nossas diversidades, desníveis de contrastes, e do seu enfoque pelo pensamento da época alimentado de fora para dentro. Essa dupla filiação lhe possibilitaria, a partir de um fenômeno determinado em distinto contexto regional, alargar-se numa visão totalizadora do Brasil, para caracterizar a sua fisionomia, que já de longa data vinha sendo delineada, e chamar à responsabilidade a consciência política e intelectual da nação (p. 413).

Nesse mesmo ano, Sílvio Castro lança em Portugal os três volumes de *História da literatura brasileira*, obra de equipe, nos moldes da que havia feito Afrânio Coutinho com *A literatura no Brasil*, em 1959. Discípulo de Afrânio, Sílvio Castro foge entretanto dos conceitos e preconceitos do crítico baiano sobre *Os sertões*. Procura uma visão pessoal e, apesar de ver o livro como um “produto poético” e de dizer que *Os sertões* “são antes de tudo uma obra de criação literária”, tem boas observações sobre o sertão, como na p. 395 do II v:

O território desconhecido é o sertão que, fenômeno raro, tantas vezes se concedia concretamente, para logo após restaurar-se mais desconhecido ainda na perspectiva do novo território apenas instaurado. Sendo antes de tudo geografia, o sertão era assim igualmente um percurso cultural para a sociedade civil em evolução.

Parece que todos os historiadores da literatura têm a obrigação de dizer que o livro de Euclides é forçosamente literatura, só que não explicam porque pensam assim e acham que o leitor aceita passivamente as suas afirmações. Porque há uma tradição neste sentido, é fácil repetir. Às vezes há belas imagens na tentativa de apreender a natureza do livro que, nem por ser de ensaio, deixa de ser literário e vice-versa. Tristão de Athayde, percebendo a dupla natureza dos gêneros metalinguísticos (crítica, ensaio, teoria, história literária, literatura comparada), define superiormente a crítica como “uma arte rodeada de ciência”. Mas o que se viu neste roteiro de fortuna crítica nas histórias literárias é que a leitura dos historiadores, para usar aqui a imagem de Luciana Stegagno Picchio, tem sido feita com o olho direito no engenheiro — no seu arsenal de termos científicos — ; e com o esquerdo na sua escrita, — na sua linguagem —, fonte de todas as complicações e equívocos na classificação da obra como arte, poesia, romance, epopéia, gesta, sei lá o quê. Acho que o livro de Euclides gostaria mais que o lessem, tal como pediu Alfredo Bosi: “*É preciso ler esse livro singular sem a obsessão de enquadrá-lo em um determinado gênero literário*”.

67

Vejam agora como o próprio Euclides da Cunha pensava o *sertão* e porque o pluralizou no título de seu livro. Na verdade, a forma plural já era bem conhecida, como se deduz de várias passagens em *O selvagem*, de Couto de Magalhães, para quem o sertão abrangia todo o *hinterland* do Brasil, havendo vários sertões, o do Mato Grosso, o de Goiás, o de Minas, do Amazonas e em outros lugares longe do litoral marítimo e desabitados ou habitados pelos indígenas.

Na obra de Euclides, o *sertão* vai sendo delineado à medida que avançamos na leitura do livro. Nos “Preliminares” de A TERRA, ele aparece sem nome, em descrições indiretas: é como um tema musical, um *leitmotiv* que se inicia e apenas sugere uma pequena sequência de sons, em crescendo. No Cap. I, o narrador (cientista) apresenta “O planalto central do Brasil” e, como se estivesse vendo a terra de um satélite, o vai contornando para o norte até transpor o 15° paralelo, a partir do qual se dá

a atenuação de todos os acidentes — serranias que se arredondam e suavizam as linhas dos taludes, fracionadas em morros de encostas indistintas no horizonte que se amplia; até que em plena faixa costeira da Bahia, o olhar, livre dos anteparos de serras que até lá o repulsam e abreviam, se dilata em cheio para o ocidente, mergulhando no âmago da terra amplíssima lentamente emergindo num ondear longínquo de chapadas.. (p. 3).

Não falou no sertão, mas o sugeriu. E, na página seguinte, usa pela primeira vez o termo *sertões* quando comenta que os rios do sul [do Iguaçú ao Tietê] “correm da costa para

os sertões, como se nascessem nos mares e canalizassem as suas energias eternas para os recessos das matas opulentas”. Voltando o olhar para o nordeste, sugere metonimicamente o espaço de *Os sertões*, mas ainda sem dizer o termo que está no não-dito de tudo o que o escritor dirá mais tarde. Mas já a sua linguagem narrativa, nas *descrições* [quando fala o narrador preparando o leitor para a história — a *diegese*] não se quer transparente, vai-se fazendo opaca, mostrando-se nos vocábulos, na sintaxe e no balanço das orações, entre uma frase longa e um breve, como nas duas linhas desta citação:

Deste ponto em diante, porém, o eixo da Serra Geral se fragmenta, indefinido. Desfaz-se. A cordilheira eriça-se de contrafortes e talhados de onde saltam, acachando, em despenhos, para o levante, as nascentes do Paraguaçu, e um dédalo de serranias tortuosas, pouco elevadas mas inúmeras, cruza-se embaralhadamente sobre o largo dos *gerais*, cobrindo-os. Transmuda-se o caráter topográfico, retratando o desapoderado embater dos elementos, que ali reagem há milênios entre montanhas derruídas e a queda, até então gradativa, dos planaltos começa a derivar em desnivelamentos consideráveis. Revela-os o S. Francisco, no vivo infletir com que torce para o levante, indicando do mesmo passo a transformação geral da região. / Esta é a mais deprimida e mais revolta. (p. 8-9).

É aí que o observador “estaca surpreendido...” — é a entrada do sertão, como está anotado no próprio livro: “Está sobre um socalco do maciço continental, ao norte. [...] Ali reina a drenagem caótica das torrentes, imprimindo naquele recanto da Bahia fácies excepcional e selvagem”. É a “Terra ignota”, as “lindes de um deserto”, “E o fácies daquele sertão inóspito vai-se esboçando, lenta e impressionadoramente...”. São as caatingas, as ipueiras, os mandacarus, as obras obscuras “dos filhos do sertão”: “Despontam vivendas pobres; algumas desertas pela retirada dos vaqueiros que a seca espavoriu; em ruínas, outras; agravando todas no aspecto paupérrimo, o traço melancólico das paisagens...”(p. 13):

Daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho do sertão — quase um deserto — quer se aperte entre as dobras de serranias nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes.. (p. 18).

Aí a vida é um Inferno, como poderia ter escrito, assim como escreveu, ao vir das chuvas, longe da seca: “O sertão é um paraíso” (p. 43). Ou então, num tom profético: “o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono” (p,46), embora saiba que a natureza ali se compraz “em um jogo de antíteses”.

Os filhos do sertão, a formação mestiça, o famoso *sertanejo* sublinham o lado humano do sertão: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”, como está escrito numa das páginas mais conhecidas no Brasil. É um ser tão sem / *um ser tão sem ser*, como no poema de Félix de Athayde, um **ser** tão adverbial, **tão** no alto da sua vida de miséria e de esperança que teve em Euclides da Cunha o seu primeiro defensor público, a reclamar direta e indiretamente o sentido de cidadania que lhes era devido. A frase de Euclides, na segunda parte do livro — O HOMEM — pode conotar todas as observações sobre o homem do interior: os seus aspectos antropológicos,

sociológicos, econômicos, políticos e messiânicos. Só não foi totalmente um homem à margem da história, porque o escritor o trouxe para dentro de seu livro.

Quando fala das *secas* é que Euclides da Cunha define claramente, em termos menos rebuscados, o espaço que ele vê como o do *sertão*, esclarecendo ao mesmo tempo os sentidos de singular e plural com que o termo aparece na sua obra:

O Sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida. É-lhes de algum modo uma zona central comum (p. 30).

Tem-se, portanto, o “sertão de Canudos” — o sertão da Bahia —, o mais bem descrito no livro; e os “sertões” que estão além, na vasta região que abrange o fundo de todos os estados do Nordeste. E, relacionado com esses “sertões”, o de Minas Gerais, de Goiás e Tocantins, do Mato Grosso e do Pará, pelo menos. Estes são os sertões geográficos e horizontais que se juntam no grande espaço brasileiro, com todos os problemas humanos e sociais, como o dos latifúndios em face do movimento dos sem terra, como o da anemia e da fome, da saúde e da falta de escola e lazer, verdadeiro purgatório do homem brasileiro.

Mas há o outro “sertão”, o vertical, das lendas e mitos, dos casos e anedotas, o do messianismo, fácil de assimilar outros mitos, como o do Sebastianismo que aparece no já mencionado romance de Ariano Suassuna. É o sertão das “horas abertas”, do luar e das fantasmagorias, das assombrações, das superstições, enfim, o sertão do imaginário.

Os dois sertões fornecem, por um lado, o modelo para uma série de clichês que se documentam no título de obras que se denominam sertão *alegre, brabo, bravio, da onça, de espinho e de flor, de Nhô Davi, desaparecido, diferente, do Boi-Santo, do Velho Chico, da viola, o sertão e o centro, e o mundo, e o sertanejo, em carne e osso, em flor, em poesia, maluco, o rio e a terra, sem fim, e caatinga*, além de muitos outros. E, por outro, é o *lugar* da mais autêntica matéria da literatura brasileira: a dos bons regionalistas, como o do goiano Hugo de Carvalho Ramos em *Tropas e boiadas* (1917), onde se fala dos “sertões ainda por violar”: ou no monumental *Grande sertão: veredas* (1956), de João Guimarães Rosa, em que as definições do termo adquirem as mais ousadas concepções, de metafísica e de linguagem, como, dentre outras, as que procuram configurar o lugar do sertão, como estas que fui colhendo ao longo desse grande livro — “O sertão está em toda parte”, “sertão é onde manda quem é forte”, “Sertão. O senhor sabe: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”, “O sertão é do tamanho do mundo”, “O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele?...” “O sertão não tem janelas nem portas”, e tantas mais.

Reservamos para finalizar este estudo um trecho da página inicial do *Grande sertão: veredas*, quando o narrador, Riobaldo, começa a contar a sua história, dizendo:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fecho; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade.

Os sertões, para Bezerra de Freitas, são um livro-síntese e, para Antônio Cândido, o fim de uma era literária e o começo dos estudos científicos sobre o Brasil. Já o *Grande sertão: veredas*, escrito cinquenta e quatro anos depois, assinala o fim de uma narrativa realista que teve o seu apogeu com Graciliano Ramos e o começo de uma nova maneira de narrar, com o imaginário em aberto para todas as formas de ficção, erudita e popular. Na obra de Euclides da Cunha o *sertão* é de natureza realista e naturalista, positivista, documentando-se horizontalmente com espírito científico; na de Guimarães Rosa o *sertão* é vertical, de dentro para fora, mistura digerida dos dois tipos de sertão, que passa a ser compreendido como o lugar, melhor, o luar — o **lu(g)ar** — da imaginação ou das superstições nas noites claras, como a que se tece em torno do pássaro *urutau*, também conhecido como *o mãe-da-lua*, que vive amedrontando os sertanejos, sobretudo nas noites de lua cheia.

70

Os dicionários etimológicos partem sempre do princípio de que devem registrar a origem da palavra neolatina no latim, não se dando conta de que, muitas vezes, a significação culturalmente dominante ultrapassa a língua latina, como é o caso de ARTE, remetida imediatamente para o lat. *ars, artis*. Acontece que a *ars* latina só pode ser bem explicada a partir da *areté* [ἄρετή] grega, esforço que se punha para atingir o melhor em qualquer atividade humana. Sem esta significação, oblitera-se o sentido mais profundo da *téchné* [τέχνη], que, no latim, perde grande parte de seu significado para *areté*, através da forma *ars, artis*, tanto que o significado de *técnica* continua ligado intimamente ao de *arte*.

O mesmo acontece com o termo SENTIDO, imediatamente ligado ao lat *sentire*, por sua vez proveniente do subst. *sensus, us*. Só que a acepção de “direção” que aparece em todas as línguas românicas, juntamente com a de “sensibilidade”, provém da raiz germânica *sin* ou *sinnes*: as duas acepções é que dão a significação maior da palavra sentido, isto é, as parcelas de “significados” que se tomam em determinada “direção” da análise, sobretudo dos textos literários.

Não é preciso imaginação poética para a aproximação de *daymón e démos* [δαίμων e δῆμος] ignorada pelos dicionários comuns, o de A. Bally, por exemplo. Mas a raiz indo-europeia DAI-, com a significação geral de “dividir”, ‘repartir os destinos’, possibilitou a formação de *daymón* (“o que reparte os destinos dos homens” e, daí, *demônio*, ser entre os deuses e os homens) e de *démos* (“o que recebe”, o povo, o território, o país).

Veja-se, a seguir, o resultado de nossas investigações, até este momento, sobre a origem da palavra SERTÃO, de grande importância na compreensão da cultura brasileira.

Os dicionários comuns repetem, com ligeiras variações, a acepção registrada por Bluteau, em 1720: “Região apartada do mar e por todas as partes metida em terras”. Assim está em Antônio de Moraes e Silva, em Fr. Domingos Vieira, em Caldas Aulete, Simões da Fonseca, Cândido de Figueiredo e Aurélio Buarque de Holanda, alguns deles registrando *sertão* e *certão*, como Fr. Domingos, por exemplo; outros ampliando a área semântica do vocábulo, como na *Enciclopédia brasileira mérito* e em Aurélio Buarque. O certo é que o termo nos veio de Portugal e ocorre em Portugal, mas só adquiriu a sua grande significação cultural no Brasil, em face da grande extensão do território brasileiro.

Já os dicionários etimológicos dizem que se trata de “Forma aferética de *desertão*” (Antenor Nascentes), “obscura, controversa ou desconhecida” (José Pedro Machado) e “De etimologia obscura” (Antônio Geraldo da Cunha).

Embora em lat. Clássico o conceito de SERTÃO tenha sido expresso por *mediterranea*, *-orum*, ou seja, “as terras do centro de um país”, “as regiões afastadas da costa” (com o singular indicando, a partir do séc. III, o mar entre a Europa e a África, o antigo *Mare Internum* ou *Mare Nostrum*), chamo a atenção para uma possível explicação etimológica por intermédio do supino de *sérere*, *sertum*, com o significado próprio de “traçado”, “entrelaçamento”, e com o figurado de “embrulhado”, “enredado”, “enfileirado”. Isto porque a raiz desta forma verbo-nominal é a mesma de *desertum* (*de-sertum*: o que sai da “fileira”) passou à linguagem militar para indicar o “desertor”, aquele que sai (de-) da ordem e desaparece. Daí o subst. *desertanum* para o lugar desconhecido para onde foi o desertor, estabelecendo-se, ainda no lat. Clássico, a oposição entre *locus certus* e o “lugar incerto”, desconhecido e, figuradamente, impenetrável. As duas formas verbais provêm da mesma raiz indo-europeia, SER-, como no grego *eiró* (εἶρω) por *serýó* (σερῶ) : “atar”, “entrelaçar”, “tecer ou entretecer uma fala, um discurso”; e como no latim *sérere*, “entrelaçar” (donde *serta*, pl. De *sertum* que deu o português *sertã*, “guirlanda de flores”, “corda náutica”); e daí também o lat. *Sermo*, *-onis*, “conversa”, “sermão”; *dissertatio*, “dissertação” e *desertum*, “lugar desconhecido e seco”, isto é, lugar fora do conhecimento (não entrelaçado nele).

Observe-se, paralelamente, que o adj. *Certum*, através da expressão *domicilium certum* e da forma que tomou no port. Arcaico, *certão*, pode ter contagiado tanto o significante como o significado de *de-sertanum*, levando-o semanticamente a “lugar incerto”, *sertão*, palavra que aponta sempre para um sítio distante de quem está falando; e quem falava “estava” sempre no “litoral”, enquanto o outro, o interlocutor, se distanciava no espaço contextualizado. Deve ter-se formado no séc. XV, quando as navegações portuguesas começaram a chegar às costas da África, cujo “interior”, visto do navio, do litoral), era tido como *sertão*. Foi com este sentido que a palavra chegou ao Brasil, em 1500, na *Carta* de Pero Vaz de Caminha, transformando-se (ampliando-se semanticamente) com a aventura das entradas e bandeiras, no séc. XVII, com as descobertas das minas e a exploração

agropastoril a partir do séc. XVIII, com problemas climáticos e fitogeográficos do Nordeste e, finalmente, com a consciência política (e literária) dos grandes espaços, dos “grandes sertões” mais ou menos habitados (ou desabitados) no centro do Brasil.

Há, entretanto, outra possibilidade etimológica de sertão: a que o liga à língua *bunda* falada pela tribos bantos de Angola, como se vê no *Dicionário da língua bunda de Angola*, de Frei Bernardo Maria de Carnecatim, publicado em Lisboa, em 1804. Segundo Gustavo Barrosos (“Vida e história da palavra sertão”, in *À margem da história do Ceará*, texto que me foi indicado por Valmireh Chacon), ali existe o vocábulo *mulcetão*, “seguido da forma decepada e corrompida *certão*, com seu significado admiravelmente definido em latim: *locus mediterraneus*, isto é, o interior, o sítio longe da costa, o oposto marítimo”. Para esse dicionarista, *mulcetão*, (donde *celtão*, *certão*) é corruptela do bunda *michtu* ou *muchitu* ou, ainda, *cuchitum*, através de nasalação dialetal. Escreve Gustavo Barrosos: “Esse termo quer dizer propriamente mato e era empregado pela gente do interior da África Portuguesa. Tornou-se por isso designativo de *mato longe da costa*”. Assim, por influência portuguesa, *muchitum* ou *m'chitum* teria dado *muceltão*, *celtão* e finalmente *certão*, com o sentido de “interior das terras africanas coberta de mataria e nunca o deserto grande, o *desertão*”. Vale ainda transcrever o seguinte: “os portugueses apanharam essa expressão verbal, transformaram-na ao sabor de sua prosódia e a foram aplicando, de início, a qualquer *locus mediterraneus* — sertão do Alentejo ou da Beira, por exemplo; em seguida, às extensões ignotas das novas terras”. E diz ainda que até o séc. XVIII é comum a grafia *certam*.

72

Verificando o *Dicionário ronga-português*, de Rodrigo de Sá Nogueira (1960), encontramos o vocábulo *mi-tjhu* (com a sua variante *mi-mutjhu*) para a ideia de mato, selva, bosque. Como o ronga, língua falada em Maputo (Lourenço Marques), é um subgrupo do banto, me pareceu curiosa a aproximação dos dois termos: o *muchitum*, de Angola; e o *mi-tjhu*, de Moçambique. Além de apontarem para o mesmo significado, os seus significantes também se aproximam morfológica e fonicamente. No ronga, o prefixo *mi-* tem função nominal, indicando também a região: *mi-tjhu* (ou *mu-tjhu*) quer dizer “a floresta” ou a “região”. Ora, tanto o bunda como o ronga indicam os pontos em que os navegadores portugueses estiveram em contado litorâneo com os africanos — angolanos e moçambicanos.

Documentadas, essas duas linhas históricas da palavra *sertão* podem ter-se cruzado no final do séc.XV para aparecerem na linguagem dos historiadores portugueses do séc. XVI reduzidas à palavra *sertão*. Chegada ao Brasil, aqui permaneceu estacionária nos dois primeiros séculos, em “estado de dicionário”, como diria o poeta. Tanto no nível da *língua* como no da *linguagem*, ela recebeu depois algumas transformações de conteúdo que a fazem hoje tipicamente brasileira.

- AMORA, Antônio Soares. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1984.
- ANCHIETA. *Informação do Brasil e de suas capitânias* [1584]. São Paulo: Obelisco, 1964.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- CAMINHA, Pêro Vaz de. *A carta*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, 1968.
- CAMÕES, Lvis de *Os lvsíadas*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1982. Fac-similada.
- CAMONGO. *Sociologia goiana*. Guarabira, PB: Tipografia Pontes, 1980.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925.
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Briguiet, [1919]1955.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: Origem e Unidade*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- CASTRO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Lisboa, Alfa, 1999, vol. II
- COELHO NETO. *Compêndio de literatura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fran. Alves 1929.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: São José, 164.
- _____. *As formas da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Bloch, 1984.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 23ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1954.
- _____. *Obra completa*, dois volumes. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.
- FREITAS, Bezerra de. *História da literatura brasileira*. Porto Alegre: O Globo, 1939.
- GÂNDAVO. Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1964.
- _____. *História da Província Santa Cruz a que vulgarmentechamamos Brasil*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984. Edição fac-similada.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Martins, 1941.
- MAGALHÃES, Couto de. *O selvagem*. 4ª edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978. Vol. V.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa e ficção* (de 1870 a 1920). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- OLIVEIRA, José Osório de. *História breve da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1939.
- PEIXOTO. Afrânio. *Noções de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fran. Alves, 1931.
- PEIXOTO. *Panorama da literatura brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

- PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. Goiânia: UFG, 1997. 8ª edição, preparada por Gilberto Mendonça Teles.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 45ª edição, tomo V. Rio de Janeiro: José Olympio, [1888] 1954.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. 1500-1627. São Paulo: USO / Itatiaia, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Seus Fundamentos Econômicos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo: USP / Itatiaia, 1974. TAINÉ.
- Introduction à *l'Histoire de la littérature anglaise*. Paris: [?], 1864.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Camões e a poesia brasileira*. 4ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2001.
- _____. *A escrituração da escrita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. São Paulo: USP / Itatiaia, 1978.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*. 5ª Série. Belo Horizonte: Itatiaia, [1916] 1977.